

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 186

Data: 05/07/91

Pg.: \_\_\_\_\_

**Deputado diz que crítica do Cimi a CPI é agressão**

“Trata-se de uma agressão grosseira e desrespeitosa para com a CPI que tenho a honra de presidir”, reagiu o deputado Átila Lins (PFL-AM) ao tomar conhecimento da nota do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), através de sua Regional Norte, que classificou de “farsa” a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a internacionalização da Amazônia. O deputado acredita que a investigação das atividades de grupos missionários na Amazônia e o funcionamento de campos de pouso clandestinos desagradou os dirigentes do Cimi “a ponto de levá-los a perder o necessário equilíbrio”.

Lins argumenta que o Cimi não foi colocado no banco dos réus pela CPI, mas que seria importante que a entidade cedesse os documentos denominados Santa Fé I e Santa Fé II para que “os analisemos devidamente”. No entendimento do parlamentar amazonense, a nota do Cimi distorce a verdade dos fatos e procura desacreditar a CPI da Internacionalização da Amazônia. “A nota, além de atacar três deputados eleitos por Roraima, pratica profunda distorção sobre as finalidades desta CPI”.

Átila Lins esclarece que as CPIs não têm caráter policial e que sua finalidade é a de esclarecer os fatos, investigar denúncias e levar conclusões às autoridades competentes. Segundo ele, o primeiro depoente, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reco-

nheceu a existência de um processo feito fora das fronteiras do Brasil “para limitar a nossa soberania sobre a Amazônia”.

O deputado amazonense lembrou ser, também, o ministro Jarbas Passarinho quem disse “que determinados sacerdotes carregam a Bíblia numa das mãos e um magnetômetro na outra”. Ao contrário das afirmativas do Cimi, Lins garante que a CPI que preside está atenta quanto “à ingerência dos grandes grupos econômicos na Amazônia, por sua inequívoca nocividade ao ecossistema e aos direitos dos povos indígenas”.

Quanto aos direitos dos índios, o deputado afirmou que o ministro Jarbas Passarinho foi instado por vários membros da CPI a esclarecer a demarcação das terras indígenas, “tendo respondido que o Governo Federal, ainda em 1991, iniciará o processo de demarcação, começando pelas terras dos ianomamis”.

Sobre os grandes projetos industriais e agropecuários, Átila Lins afirmou que o Governo suspendeu todos os incentivos fiscais para estes empreendimentos, satisfazendo a recomendação de entidades ecológicas de vários países. “A CPI da Internacionalização da Amazônia veio num instante em que nosso País é alvo de críticas, que nos apontam como negligentes na preservação ambiental e no trato com os direitos das populações autóctones”, frisou o deputado.